

Avanços na gestão hídrica

Uma das principais apostas no avanço da gestão hídrica é o Somos Todos Água, projeto estratégico para a atual administração estadual, que é uma iniciativa de segurança hídrica e revitalização de bacias. O programa tem ações previstas em eixos: Conservação e Restauração da Cobertura Vegetal; Produção Sustentável; e Saneamento, Obras Hídricas e Controle da Poluição.

São três metas. A primeira é o Plano Mineiro de Segurança Hídrica, que trará uma série de estudos para compreender a atual condição de Minas Gerais em relação à segurança hídrica, o mapeamento das áreas de intervenções prioritárias e todo o planejamento com o detalhamento das ações necessárias para resolver os principais desafios colocados. Em 2020, foi desenvolvido o termo de referência para a licitação do plano, o que vai permitir ao Igam lançar o edital, em 2021, para a escolha da empresa que fará o planejamento.

Outro avanço importante na área foi a assinatura do convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em 2020, para o aporte de R\$ 6 milhões no Somos Todos Água. Esse valor se soma a outros R\$ 640 mil do Governo de Minas e é suficiente para viabilizar a primeira meta. O recurso também será suficiente para realizar a segunda meta do programa, que é a execução do projeto executivo da Bacia Hidrográfica do Rio Viamão, que está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A terceira meta prevista é um conjunto de metas ligadas ao apoio da gestão.

Mais eficiência

A redução dos passivos dos processos de outorga analisados pelo Igam é outra frente para melhorar a gestão da água no estado. Em 2020, o Instituto alcançou uma redução de 70% do passivo acumulado desde 2018, quando os processos fora do prazo somavam 20,8 mil em dezembro daquele ano. Com a conclusão de mais de 14 mil processos, restam, atualmente, 6.848 pedidos para análise do órgão ambiental e a previsão do Instituto é chegar ao fim de 2021 com cerca de 1,7 mil processos pendentes. Com esse resultado, o Estado alcançará redução de aproximadamente 90% do passivo. A expectativa é concluir o passivo em 2022 e assim ter mais agilidade na análise dos processos de outorga.

Destaque, ainda, para a conclusão de 33 planos diretores entre as 36 bacias hidrográficas estaduais. O plano diretor é o instrumento que concentra a situação das bacias e quais são as ações previstas para melhorar a qualidade e a disponibilidade da água, aumentando a segurança hídrica. As três bacias que ainda não têm planos diretores aprovados já estão com as fases de elaboração em andamento.

No último ano, o Igam ainda aprovou junto ao CERH nova modelagem para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais. Os conselheiros aprovaram a Deliberação Normativa que institui as Unidades Estratégicas de Gestão (UEG). A norma ainda substituiu a terminologia “Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH)” por “Circunscrições Hidrográficas (CH)”, conforme preconizado na Constituição Mineira.

Modernização de sistemas

Outra previsão importante para 2021 é o lançamento do Sistema de Regularização de Recursos Hídricos (SOUT). A plataforma será o canal de requisição dos pedidos de outorga, integrando as informações de regularização de recursos hídricos com os demais registros dos usuários nos outros órgãos do Sisema.

Entre os benefícios que a ferramenta tecnológica vai gerar ao Estado está a redução de custos com a tramitação de processos físicos, a celeridade na regularização dos usos de recursos hídricos, além do incremento, aos servidores, de ferramentas modernas que trarão mais segurança às análises. O sistema também resultará em mais agilidade, comodidade e transparência aos empreendedores que buscam regularizar a situação hídrica de empreendimentos no estado.

Avanços na legislação

O Igam também contabiliza melhorias na legislação que rege o uso da água. A aprovação da Deliberação Normativa 65/2020, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), regulamentou o reuso de água não potável proveniente de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) em atividades preestabelecidas, garantindo uma fonte alternativa de abastecimento no estado. Atualmente, no Brasil, além de Minas Gerais, somente os Estados de São Paulo e do Ceará adotaram o reuso. As normas definidas pelo Igam, entretanto, são as mais amplas frente às práticas adotadas nos outros dois Estados. Entre os usos autorizados em Minas, que não são permitidos em São Paulo e no Ceará, estão a fertirrigação, lavagem de veículos de construção civil e mineração e projetos de recuperação ambiental.

Segurança de barragens

A segurança de barragens também teve destaque entre as ações do último ano, quando foram cadastradas 337 barragens de acumulação de água no Sistema

Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) e promovidas 134 ações fiscalizatórias em todas as regiões do estado. Atualmente, 550 estruturas já constam nos registros do Instituto. O cadastro de barragens tem objetivo de dar mais segurança às comunidades localizadas abaixo das barragens e prevenir danos ao meio ambiente. A medida também aumenta a regularização das estruturas de reservação de água em Minas Gerais.

O cadastro realizado pelo Igam é uma obrigação estabelecida pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e mantém atualizado o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). A plataforma funciona como uma espécie de catálogo consolidado de informações sobre barragens de todo o Brasil.

Áreas de conflito

O Igam também contabiliza avanços importantes em 2020 na gestão participativa das águas nas áreas de Minas Gerais onde há conflito pelo uso dos recursos hídricos. Uma série de mudanças na legislação ambiental desde 2019 criou as outorgas coletivas, para os locais do estado onde a demanda pela água é maior do que a oferta hídrica dos mananciais. Nesses casos, a legislação estipula a necessidade de criação da Comissão Gestora Local (CGL), que vai reunir os usuários com outorga vigente na área de conflito para decidirem sobre os usos de forma conjunta. Até o momento, 29 CGLs já foram efetivadas desde junho do ano passado, quando foi criada a primeira comissão.